

REPRODUÇÃO/ REDES SOCIAIS E SINDICATO DOS COMERCIÁRIOS



Ação acusava Érika de sortear e entregar brindes durante evento

Justiça Eleitoral rejeita ação de Sophia Barclay contra Erika Hilton

A Justiça Eleitoral julgou improcedente uma representação da candidata a deputada federal Sophia Barclay (PL), conhecida como “trans de direita”, contra a também candidata a federal, Erika Hilton (PSOL). A ação acusava Erika de propaganda eleitoral irregular por participar de sorteios e da entrega de uma televisão e três estadias em colônia de férias durante evento do Sindicato dos Comerciantes de São Paulo, em 26 de agosto. A juíza Claudia Fonseca Fanucchi concluiu que não houve prova de que Erika tenha comprado, financiado, organizado ou controlado os sorteios. Segundo a decisão, os prêmios foram custeados e disponibilizados pelo sindicato, enquanto Erika participou do encontro como palestrante convidada. Para o TRE-SP, a presença da candidata na entrega dos bens não basta para caracterizar distribuição de brindes proibida pela legislação eleitoral. A Procuradoria Regional Eleitoral também opinou pela improcedência da ação.

Prestação parcial das contas de campanha

Partidos, federações, coligações e candidatos têm até domingo (13) para apresentar à Justiça Eleitoral a prestação parcial das contas de campanha. O documento deve reunir as movimentações financeiras realizadas desde o início da campanha até esta terça-feira (8), incluindo receitas, gastos, fornecedores e doadores. Segundo o TRE-SP, os dados serão divulgados no DivulgaCandContas em 15 de setembro. A ausência da prestação ou informações incompatíveis podem ser consideradas falta grave.

DIVULGAÇÃO/TSE



Dados serão divulgados no DivulgaCandContas em 15 de setembro

Presidente do MDB cobra fim de sigilos no Master

O presidente nacional do MDB, deputado federal Baleia Rossi, defendeu a retirada de todos os sigilos das investigações sobre o caso Master. Em ato de campanha em Matão (SP), na segunda-feira (7), afirmou que a apuração não pode ser “seletiva”. “Todo mundo tem que saber o que realmente aconteceu e o que está sendo investigado”, disse. Baleia também afirmou que o caso “pegou muita gente grande” e que os envolvidos devem responder por eventuais irregularidades. Desde janeiro, o dirigente partidário cobra publicamente investigação sobre o caso.

Deputada quer saber se Lulinha entrou no MinC

A deputada federal por São Paulo Adriana Ventura (Novo) pediu ao Ministério da Cultura informações sobre contrato com a M/Checon Design e Cenografia para serviços de eventos. O requerimento questiona valores, aditivos, fiscalização e possíveis apontamentos de órgãos de controle. Também solicita registros de eventual entrada de Fábio Luís Lula da Silva, o Lulinha, ou de empresas ligadas a ele, na pasta.

Retirada de postagem I

O TRE-SP determinou, na última segunda(7), a retirada em 24 horas de postagem que afirma que Tarcísio de Freitas(Republicanos) recebeu propina do Banco Master e será preso. A ação é contra Alencar Santana (PT), José Mauricio de Souza e a coligação Desperta São Paulo (PDT, PSB, PT, PCdoB, PV, PSOL e Rede). A multa diária é de R\$ 1 mil.

Retirada de postagem II

Em outra decisão, o TRE-SP mandou retirar, em 24 horas, postagem, também contra Tarcísio de Freitas (Republicanos), que associa o governador a propina, ligação com milícias e crime. O conteúdo foi publicado por Leonardo Grandini (PT), candidato a deputado estadual, e José Mauricio de Souza. A multa fixada é de R\$ 1 mil por dia.

Trasporte coletivo irregular

O deputado Vinicius Carvalho (PL-SP) apresentou projeto que torna crime o transporte coletivo irregular e clandestino remunerado feito por veículo sem licença para esse serviço. A pena prevista é de seis meses a três anos de detenção, além de multa e suspensão da habilitação. O texto ainda precisa tramitar na Câmara antes de seguir ao Senado.

Sinalizadores sonoros

A Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp) abriu contratação direta para desinstalação e reinstalação de sinalizadores luminosos e sonoros em 12 veículos oficiais. O serviço tinha valor estimado de R\$ 28,2 mil, ou R\$ 2.350 por veículo. O aviso foi publicado em setembro de 2025 no PNCP, mas o procedimento consta como anulado.

Bolsa para atletas

O Governo de SP renovou por mais 12 meses as bolsas de 38 atletas do programa Bolsa Talento Esportivo. A decisão, publicada nesta terça-feira (8), também indeferiu a renovação de um atleta, que deixa o programa, e determinou a exclusão de outros 10, a pedido ou após análise da comissão responsável. Ao todo, a decisão envolve 49 atletas de 19 modalidades.

Prioridade a Contadores

Projeto de lei do deputado estadual Léo Oliveira (MDB) prevê atendimento preferencial a contadores e técnicos em contabilidade nas repartições públicas de São Paulo. A medida vale para profissionais regulares no CRC-SP durante o exercício da profissão e inclui prioridade no acesso a serviços, protocolo de documentos e esclarecimentos.



Candidatos ao Governo tem posições diferentes sobre as investigações

Tarcísio e Haddad pedem apuração do STF em meio ao caso Master

Governador apoia decisão de Mendonça; petista cobra mais transparência no caso

Da **Redação**

O governador e candidato à reeleição, Tarcísio de Freitas (Republicanos), e o candidato do PT ao governo, Fernando Haddad, defenderam investigação e responsabilização diante da crise no Supremo Tribunal Federal (STF) relacionada às apurações sobre o Banco Master. Os dois, porém, adotaram posições diferentes sobre a atuação do ministro André Mendonça e da Polícia Federal (PF).

Nesta terça-feira (8), Tarcísio apoiou a decisão de Mendonça de afastar o diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues, e o diretor de Inteligência, Leandro Almada. O ministro determinou ainda a abertura de investigação penal e administrativo-disciplinar sobre a atuação de Rodrigues. A Segunda Turma do Supremo formou maioria para manter os afastamentos.

“Eu acho que é uma decisão acertada. O ministro André tem as razões, e nas razões ele está falando do constrangimento ilegal. Isso não pode ser permitido”, afirmou Tarcísio. Segundo ele, a PF deve atuar como uma “polícia de Estado” e autoridades responsáveis por investigações não podem ser constrangidas ilegalmente.

O governador também manifestou apoio a Mendonça. “André hoje representa uma es-

perança. Existe uma saturação: ninguém aguenta mais determinadas situações”, declarou. Tarcísio afirmou ainda que o Supremo enfrenta uma crise de credibilidade e defendeu que as dúvidas sobre a conduta de magistrados sejam respondidas pelo próprio tribunal. “A confiança nas instituições precisa ser restaurada. E não vai ser restaurada nem com silêncio nem com corporativismo. Ela vai ser restaurada com apuração, com responsabilização.”

Haddad, por sua vez, defendeu que a Polícia Federal tenha autonomia para investigar todos os envolvidos e que seja retirado o sigilo das apurações relacionadas ao Banco Master. Na quinta-feira (3), durante agenda em São José dos Campos, o petista afirmou: “Com transparência nós podemos resolver qualquer crise”. Também declarou que “todo mundo está submetido às mesmas leis, tem que cumprir as mesmas leis”.

Em entrevista à rádio TMC, Haddad disse ver “com muita tristeza” a crise institucional no STF e voltou a pedir a divulgação das investigações. “Tem que deixar a Polícia Federal trabalhar com autonomia, investigando juiz, ministro, deputado, senador, quem quer que seja. Temos que acabar com o sigilo das investigações”, afirmou.